

**DISCURSO DO DES. ALEXANDRE ASSUNÇÃO (PRESIDENTE DA COMISSÃO DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA) NA CELEBRAÇÃO DO TOMBAMENTO DO PRÉDIO DO “MEMORIAL DA JUSTIÇA”, ANTIGA “ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DO BRUM”, EM 23/04/2025.**

Esta solenidade é de comemoração do tombamento definitivo desse prédio que nasceu como “Estação Ferroviária do Brum” em 1879 e prestou relevante serviço à população até sua desativação na década de 60, do século passado.

Este prédio da “Estação Ferroviária do Brum” é um importante exemplar da arquitetura ferroviária brasileira, por sua excepcionalidade artística e arquitetônica hoje reconhecida, passando a integrar o tomo histórico e de belas artes.

Vivia-se nos anos 60 o Boom Rodoviário, com a chegada das grandes montadoras de automóveis no país e, por óbvio, a necessidade de estradas para o deslocamento de veículos.

O sistema de transporte ferroviário, urbano e intermunicipal perdeu prestígio e pouco a pouco foi minguando, até o seu completo colapso na modalidade transporte de passageiros.

Restam espalhados por diversas cidades do nosso estados estações de passageiros, geralmente relegadas ao abandono.

Mas a memória é persistente. Não se constrói o futuro sem alicerces sólidos, sem a experiência do realizado.

Temos hoje aqui um encontro de memórias, que começou em 1996, quando este prédio foi cedido ao Tribunal de Justiça para instalação do “Memorial da Justiça”, na gestão do Corregedor Itamar Pereira da Silva, que tinha como assessor o então juiz Jones Figueiredo Alves, que posteriormente, foi Corregedor e Presidente do TJPE e também presidiu a Comissão de Gestão e Preservação da Memória. A inauguração ocorreu em 2000, após a completa revitalização das estruturas físicas observadas as características originais.

Com espaço físico disponível começamos a recolher importante acervo de processos que estavam na Diretoria de Documentação do tribunal e também espalhados nas diversas comarcas do Estado, resgatando a história contada através dos processos judiciais.

Oferecemos ao público em geral, e especialmente aos pesquisadores um rico material de consulta, possibilitando o conhecimento do nosso desenvolvimento como sociedade.

O Presidente Des. Ricardo Paes Barreto, mesmo com restrições orçamentárias, vem dedicando especial atenção ao Memorial da Justiça, com o objetivo de manter a prestação do serviço à sociedade pernambucana. Os trabalhos de conservação e restauração estão em andamento. Recentemente foram concluído os reparos no telhado e em toda estrutura elétrica.

O memorial tem hoje atividades que extrapolam as dimensões físicas deste prédio. Criamos no Fórum Rodolfo Aureliano um espaço, onde destacamos a trajetória desse magistrado pernambucano, inclusive com objetos de seu uso pessoal e terminais de computadores para acesso dos processos com relevância histórica já digitalizados.

Estamos no instagram e desenvolvemos a Revista Eletrônica “Documentação e Memória”, acessível no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça.

Temos um setor de restauração de autos, com utilização de apuradas tecnologias de preservação.

Gostaria de enfatizar que hoje não estamos apenas reconhecendo a importância histórica e arquitetônica deste edifício centenário. Estamos, sobretudo, reafirmando nosso compromisso com a preservação da memória coletiva de Pernambuco.

Este prédio, que testemunhou tantas partidas e chegadas desde 1879, agora abriga os registros da nossa jornada como sociedade através dos processos judiciais. O Memorial da Justiça é mais que um arquivo - é um portal vivo para nossa história, permitindo que pesquisadores e cidadãos comuns possam entender as transformações sociais, políticas e jurídicas que moldaram nosso Estado.

O tombamento que hoje celebramos é um marco de resistência contra o esquecimento. Em tempos de aceleradas mudanças, precisamos de âncoras que nos conectem com nossa trajetória. Este espaço representa isso - um elo entre passado e futuro, onde nossa herança é preservada não como relíquia estática, mas como fonte viva de conhecimento e inspiração.

A revitalização deste prédio e a continuidade dos trabalhos do Memorial da Justiça demonstram que o Poder Judiciário de Pernambuco compreende sua responsabilidade não apenas com a prestação jurisdicional do presente, mas também com a preservação dos registros que contam nossa história.

Que este tombamento definitivo inspire outras iniciativas semelhantes, para que mais capítulos da nossa história possam ser preservados, estudados e compartilhados com as gerações futuras. Porque um povo sem memória é um povo sem identidade, e sem identidade não há como construir um futuro verdadeiramente promissor.

Muito obrigado a todos que contribuíram para este momento histórico. Que possamos continuar honrando e preservando nossa memória coletiva.

Des. Alexandre Assunção